

PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FAZEM CAMINHADA CULTURAL E DENUNCIAM O GOVERNO NUNES: PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, VIOLÊNCIA E ADOECIMENTO

A educação é um dever do Estado e direito dos bebês, crianças, jovens e adultos. Deve ser gratuita, estatal, laica e de qualidade social para todos(as). Portanto, em São Paulo, cidade mais rica do país, a Prefeitura deve garantir acesso e permanência, condições de trabalho, saúde e segurança para os seus profissionais.

No entanto, a realidade nas escolas municipais tem sido outra. A Prefeitura não tem política de valorização, terceiriza serviços e gestão das escolas. Não convoca aprovados e deixa de realizar concursos para garantir a redução do número de alunos(as) por sala/turma/agrupamento. Como resultado, temos salas/turmas superlotadas, com apenas uma professora para 35 crianças de quatro e cinco anos ou uma professora para atender a nove bebês.

Além disso, as escolas municipais também têm enfrentado problemas com os serviços de limpeza e alimentação, porque a Prefeitura não realiza concursos, contrata empresas irresponsáveis para a prestação destes serviços e quem paga a conta são os nossos alunos(as). Exigimos o fim destes contratos, valorização profissional, segurança e concurso público já!



VOCÊ SABIA?



A educação especial é um direito das pessoas com deficiência, neuroatípicas e com altas habilidades. Tem por objetivo assegurar as aprendizagens, inclusão, igualdade de oportunidades e o desenvolvimento pleno. Por isso, o prefeito Ricardo Nunes deve garantir matrícula na escola mais próxima da casa do aluno(a), eliminar quaisquer barreiras que o impeça de estudar, garantir quantidade suficiente de profissionais e condições adequadas para o atendimento.



Já pensou adoecer trabalhando e o seu patrão reduzir o seu salário em 33%? Isto é uma realidade imposta aos professores(as) da cidade de São Paulo, por aprovação de lei do prefeito Ricardo Nunes. Punir um professor por adoecimento é crueldade.



Nunes diz que aumentou o salário dos professores em 44%. Não é verdade. Com política de abonos, o prefeito paga percentuais apenas para os professores ingressantes. Estes valores não são incorporados aos salários e podem ser excluídos se o orçamento, eventualmente, diminuir. Abono não é salário.



Ricardo Nunes contratou empresas para reformar as escolas. Porém, sem planejamento, os alunos(as) ficaram expostos ao barulho e poeira excessivos, aos riscos com materiais, ferramentas e entulhos nos prédios. Além disso, espaços pedagógicos foram fechados. Para piorar, empresas inconsequentes abandonaram as obras, interrompendo as reformas. Chega de jogar dinheiro público no lixo e nos bolsos de empresários.



O SINPEEM defende educação pública, estatal, de qualidade social e acessível a todos(as), em todos os níveis e modalidades de ensino. Verba pública para a escola pública e estatal!

A DIRETORIA
CLAUDIO FONSECA
Presidente

CONECTE-SE À NOSSA LUTA

 @sinpeem
 /sinpeem
 /sinpeemoficial
 sinpeem.com.br

